

Transparência na Gestão Pública Municipal: Análise nos Sites das Prefeituras do Estado do Espírito Santo

Fabiana Venturini Rossoni¹
Aziz Xavier Beiruth²

Resumo

Este artigo identifica quais prefeituras do Estado do Espírito Santo são mais transparentes na divulgação de informações sobre a gestão pública municipal em seus sítios eletrônicos e quais características explicam o nível de transparência. Os resultados mostraram que a prefeitura de Vitória apresentou melhor transparência enquanto as prefeituras que não possuíam site ou este se encontrava em manutenção ou em elaboração ocuparam a última colocação. O estudo mostrou que há associação positiva entre o nível de transparência e as variáveis: população, índice de desenvolvimento FIRJAN municipal e a orientação político-partidária do prefeito classificada como de esquerda.

Palavras-chave: Gestão Pública; Transparência; Informação Pública.

Transparency in Municipal Public Management: An Analysis of the Espírito Santo State City Halls Websites

Abstract

This article identifies which city halls of the state of Espírito Santo are more transparent in disseminating information about municipal public management in their electronic sites and features which explain the level of transparency. The results showed that the Vitória city hall showed better transparency while the municipalities that did not have site or this was in maintenance or in preparation occupied the last place. The study showed that there is a positive association between the level of transparency and the variables: population, FIRJAN Municipal Development Index and the party-political orientation of the mayor classified as left.

Keywords: Public administration; Transparency; Public information.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se analisar quais características contribuem para explicar o nível de transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos sítios eletrônicos das prefeituras do Estado do Espírito Santo.

A publicidade das informações é um dos pilares da Nova Administração Pública (NAP) baseada no acesso à informação e na participação social. As ideias e as reformas sugeridas pela NAP provocaram transformações no sentido de profissionalizar, modernizar, democratizar e tornar transparente a gestão pública (ANDION, 2012; ARAÚJO; PEREIRA, 2012).

No Brasil, a discussão sobre a transparência obteve seu impulso na Constituição Federal de 1988, evidenciado no princípio da publicidade que infere ao cidadão o direito à

¹ Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School. Endereço: Av. Fernando Ferrari, 1358. Boa Vista, Vitória/ES. CEP 29075-505. Contato: fvrosoni@terra.com.br. Tel: (27) 4009-4444.

² Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Professor da Fucape Business School. Endereço: Av. Fernando Ferrari, 1358. Boa Vista, Vitória/ES. CEP 29075-505. Contato: aziz@fucape.br. Tel: (27) 4009-444.

informação, tanto pessoal quanto sobre a gestão administrativa. Porém, a matéria não foi tratada de forma exaustiva, pois o texto constitucional expressa a necessidade de uma legislação complementar (CRUZ et al., 2012).

Essa lacuna foi suprida, no ano de 2000, com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual representou um marco na regulação da conduta dos administradores, exigindo-se destes, maior transparência na gestão dos recursos públicos. Recentemente, a publicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), mostrou um grande avanço na democratização do acesso aos atos dos gestores públicos, o que fortaleceu a participação popular e, conseqüentemente, a transparência.

Dentre os diversos meios pelos quais é possível promover a divulgação de informações, destaca-se o eletrônico. Segundo Relly e Sabharwal (2008) a transparência governamental ganhou ênfase com o crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pois através das mesmas ampliou-se a possibilidade de disponibilização de informações públicas, permitindo aos cidadãos participarem mais ativamente do controle da gestão.

Influenciado pelos meios de comunicação eletrônicos, o Estado também os vem utilizando nas suas atividades internas e nas suas relações com a sociedade, dando origem ao governo eletrônico (PRADO, 2004). Seu papel na concepção de Eisenberg e Cepik (2002) é, por meio dos Órgãos Públicos, fornecer ou disponibilizar informações, serviços ou produtos para a sociedade, através do uso da tecnologia, a qualquer momento e local.

Em relação à transparência da gestão pública em meios eletrônicos, os estudos realizados no Brasil (AMARAL, 2007; PINHO, 2008; CRUZ et al., 2012) e no exterior (PÉREZ; BOLÍVAR; HERNANDEZ, 2008; ARMSTRONG, 2011; CEGARRA-NAVARRO; PÁCHON; CEGARRA, 2012) evidenciaram que ela é deficiente quanto à disponibilidade de dados relevantes sobre os atos dos governantes, sendo que, muitas vezes, não são cumpridas as exigências mínimas de divulgação que a lei estabelece, e, quando o são, as informações se detêm somente ao que é obrigatório.

Outros estudos foram realizados com o objetivo de identificar as características que concorrem para que um ente público seja mais transparente na divulgação de informações. Como resultado, temos que Prado (2004) encontrou evidências positivas das variáveis, região, índice de desenvolvimento humano (IDH), receita orçamentária e orientação político pedagógica dos partidos políticos dos prefeitos com a transparência ao analisar as contas públicas de todas as capitais estaduais brasileiras, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, através de websites.

Styles e Tennyson (2007) analisaram a divulgação e a acessibilidade dos relatórios financeiros na Internet de 300 municípios norte-americanos de tamanhos variados (pequenos, médios e grandes). Os autores concluíram que a divulgação e a acessibilidade dos dados têm relação positiva com as variáveis tamanho da população, PIB per capita, nível da dívida e situação financeira dos municípios.

Oliveira, Silva e Moraes (2008) pesquisaram a transparência orçamentária em 59 países e concluíram que existe correlação positiva e significativa entre o índice de abertura orçamentária, o índice de desenvolvimento humano (IDH) e o produto interno bruto (PIB) com a transparência.

Cruz et al. (2012) analisaram os sítios eletrônicos dos 100 (cem) mais populosos municípios brasileiros e concluíram que as variáveis: região, localização, PIB per capita, receita orçamentária, índice de desenvolvimento humano (IDH), Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e dinamismo municipal, têm associação positiva e tendem a implicar em maior nível de transparência por parte dos municípios.

Rátis (2012) estudou os determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo e um dos determinantes utilizados foi testar se governantes pertencentes a partidos classificados como de esquerda tendem a divulgar as contas anuais no prazo certo. O resultado encontrado foi não significativo para partidos da esquerda.

Nesse artigo, o modelo de investigação utilizado para avaliar a transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos sítios eletrônicos foi o Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M), desenvolvido por Cruz et al. (2012).

Neste contexto, a pesquisa terá o seguinte objetivo geral: analisar quais características contribuem para explicar o nível de transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos sítios eletrônicos das prefeituras do Estado do Espírito Santo. Para alcançar o objetivo geral, perseguiram-se os seguintes objetivos específicos: (i) identificar se os sítios eletrônicos das prefeituras do Estado do Espírito Santo expõem ou não as informações que compõem o ITGP-M; (ii) Atribuir a pontuação para cada informação disponível nos sítios eletrônicos com base nos valores estabelecidos pelo ITGP-M; (iii) criar um ranking das prefeituras, a partir da pontuação obtida pelo ITGP-M, e analisar através de métodos estatísticos quais características estão relacionadas a um maior índice de transparência.

A demanda social por maior transparência das informações sobre as ações dos entes públicos em meios eletrônicos é crescente, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, principalmente após recomendação da Lei de Acesso a Informação (BRASIL, 2011). As pesquisas anteriores, até o momento, detiveram-se apenas a investigar sobre a transparência fiscal, que é de divulgação obrigatória, deixando de contemplar outras informações que não são exigidas por lei, mas que também são de interesse social. Esse contexto sugere a necessidade de estudos sobre a transparência em meios eletrônicos.

As prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo foram escolhidas, nessa pesquisa, por não constarem, em sua totalidade, em estudos anteriores sobre a transparência em sítios eletrônicos, mas apenas as cidades de maior representatividade sócio-econômica do Estado. Dessa forma, optou-se por fazer uma avaliação de forma ampla, contemplando-se todos os municípios para se verificar como eles têm se comportado frente às exigências da nova lei que motivaram ações voltadas à transparência pelos gestores públicos.

Ao produzir o diagnóstico do avanço e da estagnação dos municípios capixabas em relação à transparência da gestão pública em meios eletrônicos, espera-se que este trabalho forneça subsídios para que os cidadãos tenham mais clareza sobre as localidades onde as informações são melhores divulgadas e exijam tal demanda junto às prefeituras. Busca-se também contribuir para o avanço das pesquisas científicas na área pública, mais especificamente sobre transparência em meios eletrônicos, ampliando o debate sobre o assunto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A partir dos anos 80, transformações sociais e fortes crises econômicas que emergiram com a globalização fizeram com que o processo de Reforma do Estado e de sua Administração se tornasse um tema central em inúmeros países (FERLIE, 1996; PETERS, 2008).

Essa Reforma estabeleceu as bases do modelo chamado de Nova Administração Pública ou Reforma Gerencial, que consistiu na mudança do paradigma burocrático para o paradigma gerencial. Sua origem se deu no Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália (FERLIE, 1996).

O paradigma burocrático, caracterizado pelo formalismo, por uma administração profissional, pela centralização de autoridade e principalmente pela prevalência dos interesses do Estado, foi entrando em crise e sendo substituído pelo paradigma gerencial baseado na flexibilidade, na descentralização e na participação da sociedade (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2005; PAULA, 2005).

Tendo como referência o modelo de gestão das organizações privadas, o paradigma gerencial busca a eficiência, a eficácia, a delegação de poder, a qualidade dos serviços públicos e o deslocamento das atividades meio para os resultados (ANDION, 2012).

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo* (CLAD) esse paradigma possui os seguintes requisitos: a democratização dos serviços públicos, a redução do tamanho da máquina administrativa e o desenvolvimento de mecanismos de transparência para elevar o controle social sobre o gestor público. Assim, ao adotar um modelo de gestão mais transparente espera-se que ele contribua com valores democráticos estimulando uma participação mais efetiva da sociedade sobre os atos dos gestores (CLAD, 2000).

Nesse novo modelo, o foco deixa de ser a própria administração pública para tornar-se a satisfação do cidadão, oferecendo serviços públicos de qualidade e direcionando sua atuação ao interesse da coletividade, sob a ótica do cidadão-cliente ou cidadão-usuário (PEREIRA, 2010). Para Bresser-Pereira e Spink (2005), quando a administração pública coloca as necessidades dos cidadãos no centro de suas ações ela tenta minimizar as distorções provocadas pelo modelo burocrático.

No Brasil, a Reforma Gerencial foi iniciada em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do então criado Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), tendo Luís Carlos Bresser-Pereira como protagonista da implementação da Nova Administração Pública no país. Neste período foram introduzidos no Brasil, através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, novos instrumentos de gestão baseados no paradigma gerencial (PAULA, 2005; ARAÚJO; PEREIRA, 2012).

Para Pereira (2010) os preceitos trazidos pela NAP contribuíram para o desenvolvimento de uma administração pública profissional, direcionada para resultados, com um controle rígido dos gastos e, principalmente, atenta as necessidades da sociedade.

2.2.1 Transparência Pública

As mudanças propostas pela Nova Administração Pública modificaram o padrão de responsabilidade dos gestores introduzindo mecanismos de maior transparência e *accountability* na esfera governamental (ABRUCIO, 1997).

Muito se discute em relação ao termo *accountability*, pois ainda não há uma palavra equivalente que expresse o seu significado em português (CAMPOS, 1990; PINHO; SACRAMENTO, 2009). Para melhor compreendê-lo serão estabelecidas algumas definições.

O conceito de *accountability*, segundo Pinho e Sacramento (2009, p.1348) é “a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva”.

Para o CLAD (2000) é a obrigatoriedade que os gestores públicos possuem de prestar contas de suas ações a um órgão de controle, ao parlamento ou a sociedade em geral, garantindo-se maior transparência.

Segundo Angélico (2012) a transparência pode designar os meios que promovem e asseguram a visibilidade e a acessibilidade das informações acerca das ações governamentais, estando, portanto, diretamente relacionada ao conceito de *accountability*. Para atingir a *accountability* é preciso haver um fluxo confiável de informações, aspecto este, apontado nas definições de transparência. Ainda segundo o autor, não é suficiente que as informações

estejam disponíveis, elas devem ser compreensíveis, com o uso de uma linguagem adequada e devem ser relevantes.

Essa discussão ganhou destaque no Brasil com a Lei Complementar, nº 101 de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que tornou obrigatória a publicidade das informações financeiras e fiscais em meios eletrônicos (AMARAL, 2007).

No ano de 2009, foi publicada a Lei Complementar nº 131, que acrescentou dispositivos a LRF e determinou aos entes públicos que disponibilizassem, em meios eletrônicos, as informações sobre a execução orçamentária e financeira. Mais recentemente, foi promulgada a Lei de Acesso a Informação, nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que garantiu a sociedade o exercício de seu direito de acesso à informação.

Com a publicação das leis acima citadas, principalmente da LAI, o Brasil avançou na consolidação da democracia e no fortalecimento de sua relação com os cidadãos, estimulando a participação da sociedade no controle da gestão pública (ANGÉLICO, 2012).

A contribuição da Legislação mostrou-se fundamental para o avanço da transparência, contudo, foram os meios de propagação das informações, representados pelo Governo Eletrônico, que ampliaram a possibilidade de disponibilizá-las de forma rápida e fácil (PRADO, 2004).

2.2 GOVERNO ELETRÔNICO

A definição de governo eletrônico, segundo Diniz et al. (2009) está ligada à tentativa de modernização da administração pública e à melhoria da eficiência dos processos operacionais e administrativos do governo. Também pode ser definida como a entrega de produtos e serviços do Estado aos cidadãos através do uso das tecnologias de informação (CEGARRA-NAVARRO; PÁCHON; CEGARRA, 2012).

Para Eisenberg e Cepik (2002) a Internet tem realizado importantes mudanças no processo de comunicação humana, devido a sua facilidade de acesso e grande variedade de informações. Essas características também são mencionadas por Reddick e Frank (2007) como vantajosas para a divulgação das ações governamentais pela Internet em relação às outras mídias, somadas as vantagens da gratuidade e horário irrestrito.

Dessa forma, os códigos internacionais de boas práticas de governança na gestão pública, como, por exemplo, os códigos elaborados pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela *International Federation of Accountants* (IFAC), além de sugerirem as ações tidas como boas práticas têm destacado a Internet como um meio de comunicação em que sociedade pode obter informações de forma oportuna e clara (CRUZ et al., 2012).

As TICs têm ingressado na Administração Pública por meio do governo eletrônico, como uma forma de transformar a relação entre governo e sociedade (EISENBERG; CEPIK, 2002).

A disponibilização de informações por meio eletrônico é importante não somente pela questão da transparência, mas também pelo papel do Estado como gestor das informações públicas e como principal colaborador para o processo de participação democrática da sociedade. Isso porque a Internet possibilita o acesso rápido a um volume extenso de dados, em qualquer hora e lugar (PRADO, 2004).

A quantidade de informações divulgadas é tão relevante quanto à qualidade, pois, segundo Armstrong (2011), elas refletem na imagem dos administradores perante a população. Para o autor há duas razões para isso: melhor comunicação entre governantes e governados e maior monitoramento das ações governamentais, como forma de prevenção de erros pelos administradores.

O estudo do governo eletrônico pode ser feito através de diferentes abordagens e enfoques, desde a análise de seu surgimento, do ponto de vista tecnológico, até suas diferentes utilidades na gestão pública (PRADO, 2004; CRUZ et al., 2012). Nesse trabalho propôs-se a analisa-lo com foco na disponibilização das informações prestadas pelos municípios à sociedade.

3. METODOLOGIA

3.1 ESCOPO DA PESQUISA

A amostra correspondeu às 78 prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo.

A coleta dos dados que compõem o Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M) foi realizada diretamente nos sítios eletrônicos das prefeituras, durante os meses de janeiro a maio de 2013. As que não possuíam sítios, ou estes estavam em elaboração ou manutenção, até o término da pesquisa receberam nota zero no ITGP-M, são elas: Alto Rio Novo, Brejetuba, Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Governador Lindenberg, Ibatiba, Marilândia, Montanha e Mucurici.

Como ferramenta auxiliar na procura pelos endereços eletrônicos dos sítios das prefeituras foi utilizado o site de busca (<http://www.google.com.br>) e a expressão empregada foi Prefeitura Municipal precedida do nome do município. Os dados foram obtidos por levantamento de corte transversal, visto que envolve a coleta de informações em um determinado momento do tempo (CRESWELL, 2010). Eles se referem ao ano de 2010.

Para alcançar o objetivo do artigo de analisar quais características contribuem para explicar o nível de transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos sítios eletrônicos das prefeituras do Estado do Espírito Santo foram selecionadas as seguintes variáveis independentes: produto interno bruto (PIB) per capita, população, índice de desenvolvimento humano municipal (IDH), Receita Orçamentária, índice de desenvolvimento FIRJAN municipal (IDFM) e orientação político-partidária do prefeito.

Elas foram obtidas da seguinte forma: para os valores do PIB per capita e da população foram coletados de bancos públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); para os valores do IDH e da Receita Orçamentária, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e, para os valores do IDFM, na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Os dados referentes à filiação partidária dos prefeitos de cada município foram obtidos no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

3.2.1 Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M)

O Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M) desenvolvido por Cruz et al. (2012) foi utilizado como variável dependente nesse estudo e consiste num modelo de investigação da transparência.

O Quadro 1 mostra as categorias que formam o Índice.

Código	Categorias de informações	Pontuação	Objetivos da divulgação
C1	Informações gerais sobre o Município e prefeito	10	Prover o cidadão de informações básicas sobre os ocupantes de cargos eleitos e a estrutura administrativa municipal.
C2	Legislação municipal e Instrumentos de planejamento Municipal	11	Prover ao cidadão acesso à legislação municipal ordinária e também aos instrumentos de planejamento que orientam a gestão orçamentária (receitas e despesas).
C3	Informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais	36	Prover ao cidadão acesso aos principais relatórios sobre a situação econômico-financeira do município, no tocante à execução do orçamento, gestão dos ativos e das dívidas do município.

C4	Interação com os cidadãos e com a sociedade	19	Prover ao cidadão informações sobre os serviços prestados <i>online</i> no portal do município, as possibilidades de interação e participação na definição das preferências governamentais.
C5	Análise do portal do município	7	Possibilitar uma análise das condições de acessibilidade e navegabilidade do portal do município.
C6	Informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão	60	Prover o cidadão de informações claras e objetivas em áreas consideradas de maior interesse e cujas condições têm impacto direto na vida dos cidadãos: política tributária, administração, licitações e compras, segurança pública, educação, cultura, esporte e lazer, habitação e urbanismo, saúde, saneamento básico, gestão ambiental, atividades econômicas (indústria, comércio, serviços e agricultura), trabalho e transportes.

Quadro 1. Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M)

Fonte: CRUZ et al., 2012

O ITGP-M é uma variável de natureza quantitativa que pode variar de 0 a 143 pontos. Ele está organizado em seis categorias de informações, para facilitar o registro, a padronização e a análise dos dados. Assim, a pontuação que cada prefeitura receberá será o somatório de cada uma das categorias do quadro acima.

É importante destacar que a pontuação da maioria dos itens que compõem o ITGP-M foi considerada a partir de uma variável binária, ou seja, tendo pontuação 1 (um) se estivessem nos sítios eletrônicos das prefeituras e pontuação 0 (zero) caso contrário. Apenas alguns itens receberam pontuação diferente de 1 (um), podendo atingir 2 (dois) ou 3 (três) pontos de acordo com os critérios de relevância das informações adotados pelos autores.

A partir da criação da Lei nº 101 de 04 de março de 2000, passaram a ser exigidas as publicações dos seguintes relatórios: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), seus anexos e sua versão simplificada e Relatório da Gestão Fiscal (RGF), com seus anexos e versão simplificada, bem como os pareceres emitidos pelos Tribunais de Contas em relação às prestações de contas anuais.

Cruz et al. (2012) consideraram que para alguns itens da categoria (C3), a saber, informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais (relatórios que já são exigidos pela lei), a pontuação seria feita em uma escala proporcional contada a partir do ano de 2000, quando a lei tornou-se obrigatória, até 2010, data da pesquisa desses autores.

Entretanto, para esse estudo, a periodicidade usada como parâmetro para os itens da categoria (C3) refere-se ao ano de criação da Lei nº 101 de 04 de maio de 2000 até 2012. Assim, fez-se necessário adaptar o modelo, bastando para isso, aumentar a amplitude de classe dos anos, conforme consta no quadro 2. Durante a coleta de dados será feito o registro de quantas vezes a prefeitura publicou os relatórios exigidos pela lei.

Parâmetro	Pontuação
1-4 anos	1 ponto
5-8 anos	2 pontos
9-12 anos	3 pontos

Quadro 2. Critérios de pontuação dos itens do modelo de investigação

Fonte: Adaptado de CRUZ et al., 2012.

3.2.2 Variáveis Independentes

PIB *per capita*: É a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país dividido pelo número total de habitantes. Assim, é um indicador de atividade econômica e desenvolvimento do Município. Estudos realizados por Prado (2004) e Cruz et al. (2012)

evidenciaram que os municípios com maior atividade econômica apresentam maior índice de transparência das informações públicas. Dessa forma, espera-se que o ITGP-M tenha relação positiva com o PIB *per capita*.

Receita Orçamentária: Receitas orçamentárias são aquelas que ingressam de forma definitiva no patrimônio, usadas para financiar as políticas públicas. Essa variável foi considerada nos estudos de Prado (2004) e Cruz et al. (2012). Eles constataram que os municípios com maior receita orçamentária são mais transparentes, assim, espera-se, que o ITGP-M tenha relação positiva com a Receita Orçamentária.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): O Índice de Desenvolvimento Humano é um índice que a partir de indicadores de educação, longevidade e renda, mede o desenvolvimento humano de um município. O IDH varia de 0 (zero) a 1(um), sendo que quanto mais próximo de 1(um), mais desenvolvido é o município. Prado (2004), Oliveira, Silva e Moraes (2008) e Cruz et al. (2012) concluíram que os municípios com maior nível de desenvolvimento humano apresentam maior transparência. Espera-se, portanto, que o ITGP-M tenha relação positiva com o IDH.

População: É o número de habitantes em determinado município. Styles e Tennyson (2007) encontraram evidências que os municípios mais populosos tendem a ser mais transparentes na divulgação de informações. Por isso, espera-se que o ITGP-M tenha relação positiva com o tamanho da população.

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IDFM): O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal é um estudo anual do Sistema FIRJAN (grupo composto por cinco organizações que oferece soluções para ampliar a produtividade das empresas no Rio de Janeiro) que mede o desenvolvimento dos mais de cinco mil municípios brasileiros nas áreas de emprego e renda, educação e saúde. Ele é obtido com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Esse índice varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais próximo de 1 (um), maior o nível de desenvolvimento do município. Essa variável foi considerada no trabalho de Cruz et al. (2012) e eles evidenciaram que os municípios com maior Índice FIRJAN tendem a ser mais transparentes na divulgação de informações. Assim, almeja-se que o ITGP-M tenha relação positiva com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

Orientação político-partidária: Segundo Campbell et al. (1960), a identidade partidária pode ser compreendida como uma associação de cunho psicológico que une as pessoas a um partido por meio de ideais e valores. Nessa pesquisa, a orientação político-partidária foi levada em conta por meio de variáveis *dummies*.

O Quadro 3 que possui quatro classificações de orientações político-partidárias, serviu de referência para essas variáveis, mas, fez-se necessário adaptar a classificação em três grupos: esquerda, centro e outros (direita e indefinido). Foram criadas duas *dummies*. A primeira é igual a 1 (um) se o prefeito pertencer a uma orientação político-partidária classificada como de esquerda, e 0 (zero) caso contrário. A segunda é igual a 1(um) para os prefeitos que pertencerem à orientação centro. Apenas essas duas orientações foram consideradas, pois são compostas por partidos políticos que tiveram atuação na implantação da Nova Administração Pública e na Lei de Acesso a Informação.

Foi utilizada a classificação realizada por Rátis (2012) adaptado de Carreirão (2006), conforme quadro abaixo.

Classificação	Partido Político
Esquerda	PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN
Direita	PP (PPB, PPR, PDS), DEM (PFL), PRN, PDC, PR (PL, PRONA), PTB, PSC, PSP, PRP, PSL e PSD
Centro	PMDB e PSDB
Indefinido	PST, PHS, PTC, PTdoB, PRB, PRTB, PSDC e PAN

Quadro 3. Classificação das orientações político-partidárias

Fonte: Adaptado de Rátis, 2012

Rátis (2012) não encontrou relação significativa para os partidos de esquerda ao utilizá-lo como variável em seu estudo para explicar os determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Espírito Santo. Entretanto, esta variável foi adotada pela relevância que Prado (2004) e Cruz et al. (2012) atribuíram a ela em estudos sobre transparência pública. Dessa forma, espera-se que o ITGP-M tenha relação positiva com orientação política do prefeito.

3.3 MODELO DE REGRESSÃO

Para analisar quais características estão correlacionadas com o nível de transparência da gestão pública medido pelo ITGP-M foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla, estimado pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários.

Utilizou-se a seguinte equação de regressão:

$$ITGP-M_j = \beta_0 + \beta_1 PIBPCAP_j + \beta_2 RECEITAORC_j + \beta_3 IDH_j + \beta_4 POP_j + \beta_5 IDFM_j + \beta_6 D_ORIESQ_j + \beta_7 D_ORICEN_j + \epsilon_j$$

Em que, para cada município j temos:

ITGP-M: Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal; PIBPCAP: Produto Interno Bruto *per capita*; RECEITAORC: Receita Orçamentária; IDH: Índice de Desenvolvimento Humano; POP: População; IDFM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal; D_ORIESQ: *Dummy* orientação político-partidária de esquerda; D_ORICEN: *Dummy* orientação político-partidária de centro e ϵ : Termo de erro da regressão.

4. RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO ITGP-M POR PREFEITURA

A Tabela 1 classifica as prefeituras levando em consideração apenas o ITGP-M, permitindo uma visualização daquelas melhores posicionadas.

Tabela 1 – **Ranking das Prefeituras de Acordo com o ITGP-M**

Classificação	Município	ITGP-M	Classificação	Município	ITGP-M
1	Vitória	85	40	Sooretama	27
2	Cachoeiro de Itapemirim	77	41	Iconha	26
3	Serra	74	42	Muqui	25
4	Viana	62	43	Jerônimo Monteiro	24
5	Cariacica	61	44	Vargem Alta	23
6	Linhares	59	45	Laranja da Terra	22
7	Vila Velha	54	46	Santa Teresa	22
8	Venda Nova do Imigrante	51	47	Afonso Cláudio	21
9	Castelo	50	48	Mantenópolis	17
10	Colatina	49	49	Alegre	17
11	Domingos Martins	47	50	Mimoso do Sul	17
12	São Mateus	44	51	Baixo Guandu	15
13	Marataízes	44	52	Vila Pavão	15
14	Santa Maria de Jetibá	42	53	Pancas	14
15	Aracruz	42	54	São Roque do Canaã	14
16	Alfredo Chaves	40	55	Rio Novo do Sul	14
17	Itapemirim	40	56	Barra de São Francisco	13
18	Boa Esperança	38	57	Vila Valério	13
19	Muniz Freire	37	58	Apiacá	12
20	Guarapari	37	59	Irupi	12
21	São Gabriel da Palha	36	60	Águia Branca	12
22	Itaguaçu	36	61	Bom Jesus do Norte	11

23	Fundão	36	62	São José do Calçado	10
24	Ibiraçu	36	63	Pedro Canário	10
25	Anchieta	36	64	Marechal Floriano	7
26	Iuna	35	65	São Domingos do Norte	5
27	Conceição da Barra	35	66	Ponto Belo	4
28	Rio Bananal	34	67	Nova Venécia	4
29	Conceição do Castelo	33	68	Água Doce do Norte	3
30	Pinheiros	33	69	Jaguaré	3
31	Santa Leopoldina	32	70	Alto Rio Novo	0
32	Presidente Kennedy	31	71	Brejetuba	0
33	Itarana	30	72	Divino São Lourenço	0
34	Ecoporanga	29	73	Dores do Rio Preto	0
35	João Neiva	28	74	Governador Lindenberg	0
36	Ibitirama	27	75	Ibatiba	0
37	Guaçu	27	76	Marilândia	0
38	Piúma	27	77	Montanha	0
39	Atilio Vivacqua	27	78	Mucurici	0

Fonte: Autor

A Tabela 1 mostra que a prefeitura de Vitória apresentou maior transparência, segundo o ITGP-M, e as com piores índices foram: Alto Rio Novo, Brejetuba, Divino São Lourenço, Dores do Rio Preto, Governador Lindenberg, Ibatiba, Marilândia, Montanha e Mucurici.

Ao se desconsiderar as prefeituras que receberam nota zero no ITGP-M pelo fato dos sites estarem em construção, em manutenção ou inexistentes, temos que Água Doce do Norte e Jaguaré são as que apresentam pior índice de transparência entre as que foram possíveis coletar os dados.

É possível verificar que as prefeituras que fazem parte da região metropolitana da grande Vitória (Vitória, Serra, Viana, Cariacica e Vila Velha) estão entre as dez primeiras colocações, com exceção das prefeituras de Guarapari e de Fundão.

Considerando apenas os municípios da região metropolitana que ficaram entre as dez primeiras colocações na tabela do ITGP-M, verifica-se que eles concentram 45,77% da população do Estado e apresentam um IDH médio de 0,7842 e PIB per capita médio de R\$ 30.738,28, o que demonstra que são municípios que apresentam bom nível de desenvolvimento econômico. Essa relação será testada através da análise de regressão, na qual serão verificadas as variáveis correlacionadas com a transparência.

Observou-se também que as prefeituras, em sua maioria, alcançaram índices considerados baixos, pois o total obtido foi menor que 50% do máximo possível, que é de 143 pontos. Apenas três conseguiram superar esse patamar, que foram Vitória (59%), Cachoeiro de Itapemirim (54%) e Serra (52%).

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Na Tabela 2 observam-se as Estatísticas Descritivas das variáveis quantitativas utilizadas na pesquisa.

Tabela 2 - Estatística Descritiva das Variáveis Quantitativas do Modelo

	ITGP-M	PIBPCAP	IDH	POP	RECEITAORC	IDFM
Média	27	16.687,36	0,692	45.034,26	R\$ 88.543.227,08	0,714
Mínimo	0	6.417,98	0,622	4.515,00	R\$ 11.067.876,00	0,624
Máximo	85	175.179,39	0,845	414.420,00	R\$ 1.222.426.299,00	0,894
Desvio Padrão	20	25.898,21	0,038	83.657,32	R\$ 176.221.631,45	0,057
Percentil 25	12	8.642,23	0,666	11.158,00	R\$ 22.365.620,00	0,675
Percentil 75	37	14.054,69	0,718	30.988,00	R\$ 55.787.096,00	0,743
Mediana	27	10.808,45	0,684	17.988,50	R\$ 36.827.472,00	0,693

Fonte: Autor

A média geral do ITGP-M foi de 27 pontos, que é bem distante do máximo possível de 143 pontos. As prefeituras com menor pontuação alcançaram zero e a com maior alcançou 85 pontos. Afirma-se também, que 36% dos municípios apresentaram pontuação menor ou igual a 15 pontos e 64% acima de 15. E 50% dos municípios apresentaram pontuação entre 12 e 37 pontos.

Observa-se que as variáveis PIB *per capita*, população e receita orçamentária apresentam uma dispersão considerável. O PIB *per capita* possui um valor mínimo e máximo de R\$ 6.417,98 e R\$ 175.179,39 respectivamente. Os municípios que apresentaram a menor e a maior população foram respectivamente, Divino de São Lourenço com 4.515 habitantes e Vila Velha com 414.420, enquanto a Receita Orçamentária possui um valor mínimo e máximo de R\$ 11.067.876,00 e R\$ 1.222.426.299,00. Essas discrepâncias de valores eram esperadas, devido ao tamanho e receita de cada município analisado.

A média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios da amostra é de 0,692, considerando que a pontuação pode variar de 0 a 1. O município com maior índice foi Vitória com 0,845.

Em relação ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, a pontuação varia de 0 (zero) a 1(um) e quanto mais próximo de 1 (um) maior o desenvolvimento do município. Observa-se que tratam de municípios com um significativo desenvolvimento. O valor mínimo foi de 0,624 (Pedro Canário) e o valor máximo 0,894 (Aracruz).

No que tange a Estatística Descritiva da variável qualitativa utilizada na pesquisa (*dummy orientação político-partidária*), têm-se que 35 municípios são governados por prefeitos pertencentes a orientações político-partidárias classificadas, como de centro, 27 são governados por prefeitos de orientações de esquerda e 16 por outras orientações políticas (direita e indefinido).

4.3 ANÁLISE DA REGRESSÃO

Na Tabela 3, a seguir, são apresentados os resultados do modelo de regressão linear estimado pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários.

Observa-se que o coeficiente de determinação (*R-Squared*) é de 57,9%. Ele indica que 57,9% da variação do ITGP-M é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo.

Os resultados indicam que ao nível de significância de 10% somente as variáveis, população, índice de desenvolvimento FIRJAN municipal e *dummy orientação político-partidária* de esquerda foram significativas. Assim, entende-se que apenas essas três variáveis estão relacionadas a um melhor nível de transparência das informações em meios eletrônicos por parte das prefeituras.

Tabela 3 – Resultados do Modelo de Regressão

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
CONSTANTE	-80,080**	36,733	-2,180	0,033
PIBPCAP	0,000	0,000	1,035	0,304
RECEITAORC	0,000	0,000	0,173	0,863
IDH	15,621	65,439	0,239	0,812
POP	0,000078*	0,000	1,955	0,0546
IDFM	121,139***	43,922	2,758	0,0074
D_ORIESQ	9,314**	4,422	2,106	0,0388
D_ORICEN	2,710	4,177	0,649	0,519
R-squared	0,579			
Adjusted R-squared	0,536			
F-statistic	13,560			

Prob (F-statistic)	0,000
--------------------	-------

* ** *** estatisticamente significativa ao nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Autor

Não foi encontrada relação entre as características PIB *per capita*, Receita Orçamentária, IDH, *dummy* orientação político-partidária de centro e o nível de transparência de informações em meios eletrônicos. Portanto, podemos concluir que os resultados das variáveis PIB *per capita*, IDH, e Receita Orçamentária são contrários às pesquisas realizadas por Prado (2004), Styles e Tennyson (2007), Oliveira, Silva e Moraes (2008) e Cruz et al. (2012) que evidenciaram resultados significativos para essas variáveis com o nível de transparência das informações.

É importante destacar que os resultados obtidos por Cruz et al. (2012) foram contrários aos desse estudo, já que os autores encontraram associação entre as condições socioeconômicas dos grandes municípios brasileiros e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública observados nos sites dos mesmos.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo buscou analisar quais características contribuem para explicar o nível de transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos sítios eletrônicos das prefeituras do Estado do Espírito Santo e para isso foram utilizadas como amostra todas as 78 prefeituras do Estado.

Os dados que contém o ITGP-M foram coletados diretamente nos sítios eletrônicos de cada prefeitura e posteriormente foi aplicado um modelo de regressão linear múltipla para identificar quais características estão correlacionadas com o nível de transparência da gestão pública medido pelo ITGP-M.

A somatória dos pontos que compõe o ITGP-M revelou o índice obtido para cada prefeitura e proporcionou a conclusão de que o sítio eletrônico da Prefeitura de Vitória apresentou melhor nível de divulgação das informações sobre a gestão pública municipal (85 pontos). Convém destacar que as prefeituras que não possuíam site ou este se encontrava em manutenção ou em elaboração ocuparam a última colocação.

Infere-se pela pontuação do ITGP-M dada às prefeituras que ter um sítio eletrônico não significa, por si só, que o ente é transparente. Assim, é importante frisar que o governo eletrônico pode ser apenas um instrumento de intermediação na relação entre administração pública e cidadãos, e não necessariamente o responsável direto pelo aumento da transparência (PRADO, 2004).

Investigou-se a relação entre o ITGP-M com as seguintes características: PIB *per capita*, receita orçamentária, índice de desenvolvimento humano (IDH), número da população, índice de desenvolvimento FIRJAN municipal (IDFM) e orientação político-partidária do prefeito (*dummy*). Não foram encontradas evidências para uma associação significativa entre o PIB *per capita*, a receita orçamentária e o índice de desenvolvimento humano (IDH).

O resultado da análise de regressão indica que apenas as variáveis, número da população, índice de desenvolvimento FIRJAN municipal e *dummy* orientação político-partidária de esquerda estão correlacionadas com o nível de transparência da gestão pública medido pelo ITGP-M.

Observa-se, que as prefeituras mais transparentes pertencem a orientações político-partidárias classificadas como de esquerda, ao contrário do que se esperava, já que a Nova Administração Pública, conforme expõe a literatura, foi implantada no Brasil por partidos pertencentes a orientações político-partidárias de centro. É o que afirma Andion (2012, p. 9):

“No Brasil, a NAP foi a base para a terceira grande Reforma Administrativa implantada pelo então Ministro Bresser Pereira, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Esse resultado para uma maior transparência em municípios com orientação-política de esquerda sugere que a Lei de Acesso à Informação instaurada no governo da esquerda, pode ter contribuído para o aumento da divulgação das informações em meios eletrônicos, pois ela foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho seguiu a orientação teórica da Nova Administração Pública, ou administração pública gerencial, centrada na busca pela eficiência, eficácia, delegação de poder, qualidade dos serviços públicos e maior aproximação entre gestores e cidadãos. Discutiu-se a transparência e o uso das novas tecnologias no ambiente governamental dando origem ao governo eletrônico cujo objetivo é tornar os dados sobre a gestão cada vez mais acessíveis a sociedade.

Esse entendimento deu suporte ao objetivo desse estudo que foi analisar quais características contribuem para explicar o nível de transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos sítios eletrônicos das prefeituras do Estado do Espírito Santo.

Como resultado da análise do ITGP-M, a melhor transparência, segundo o índice, foi apresentada pelo sítio eletrônico da Prefeitura de Vitória que obteve 85 pontos. Embora essa colocação fosse previsível, pelo fato de Vitória ser a capital do Espírito Santo, possuir elevado desenvolvimento sócio-econômico, maior IDH e maior receita orçamentária entre todos os municípios, esperava-se que estes indicadores tivessem relação com a transparência, porém a regressão mostrou o contrário. As prefeituras que não possuíam site ou este se encontrava em manutenção ou em elaboração ocuparam a última colocação no ranking do ITGP-M.

A análise de regressão mostrou que os municípios com maior população, com um maior índice de desenvolvimento FIRJAN municipal e com prefeituras lideradas por prefeitos pertencentes a orientações político-partidárias classificadas como de esquerda, tendem a ser mais transparentes na divulgação das informações sobre gestão pública divulgadas em sítios eletrônicos.

É necessário ressaltar que apesar de estabelecer uma medida padronizada para mensurar a transparência, o ITGP-M apresenta uma limitação, visto que em sua composição não foram contempladas todas as informações que a determinam. Também se faz necessário esclarecer que não foi estabelecida uma ponderação na pontuação dos componentes do índice de acordo com a relevância das informações, pois no modelo proposto, buscou-se apenas quantificar os dados divulgados nos sítios dos municípios (CRUZ et al., 2012).

Para pesquisas futuras sugere-se que sejam feitos estudos com outras metodologias, como por exemplo, através da aplicação de questionários junto aos usuários dos sítios eletrônicos do governo para verificar que tipo de informações sobre a gestão pública se apresentam deficientes ou mesmo ausentes. Propõe-se também que outros indicadores que tenham relação com a transparência, sejam testados.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, n.10, p. 1-52, 1997.

AMARAL, M. S. **Accountability, Governo Local e Democracia**: investigação em portais municipais do estado da Bahia. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, artigo 1, 2012.

ARMSTRONG, Cory L. Providing a clearer view: An examination of transparency on local government websites. **Government Information Quarterly**, p.11-16, 2011.

ARAÚJO, Priscila Gomes de; PEREIRA, José Roberto. Análise da aplicabilidade do modelo gerencial na administração municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1179-199, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece Normas e Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 de maio de 2000.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinara disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 de maio de 2009.

_____. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 de novembro 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. **The American Voter**. New York: Wiley, 1960.

CAMPOS, Ana Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 24, n.2, p.30-50, fev./abr. 1990.

CEGARRA-NAVARRO, Juan Gabriel; PACHÓN, José Rodrigo Córdoba; CEGARRA, José Luis Moreno. E-government and citizen's engagement with local affairs through e-websites: The case of Spanish municipalities. **International Journal of Information Management**, v. 32, n. 5, p. 469-478, 2012.

CLAD - Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da Gestão Pública Municipal: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 153-176, 2012.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otavio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v.43, p. 23-48, 2009.

EISENBERG, José; CEPIK, Marco. **Internet e Política: Teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERLIE, Ewan et al. **The new public management in action**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JUSTICE, Jonathan B.; MELITSKI, James; SMITH, Daniel L. E-Government as an instrument of fiscal accountability and responsiveness: do the best practitioners employ the best practices? **The American Review of Public Administration**, v. 36, n. 3, sept., 2006.

OLIVEIRA, Robson Ramos; SILVA, Aline Moura Costa da; MORAES, Melissa Christina Corrêa de. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 5-11, out./dez. 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

PÉREZ, C. C.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L. E-Government process and incentives for online public financial information. **Online Information Review**, Bradford, v.32, n. 3, p. 379-400, 2008.

PETERS, Guy B. Os Dois futuros do ato de governar: processos de descentralização e recentralização no ato de governar. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n.3, p. 289-307, jul./set. 2008.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico dos estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 42, p. 471-493, 2008.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o Português? **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 43, p. 1343-1368, 2009.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

RÁTIS, Simony Pedrini Nunes. **Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo**. 2012. 78 p. Dissertação

(Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2012.

REDDICK, Christopher G.; FRANK, Howard A. The perceived impacts of e-Government on U.S cities: A survey of Florida and Texas City managers. **Government Information Quarterly**, v.24, n.3, p.576-594, 2007.

RELLY, Jeanine E.; SABHARWAL, Meghan. Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. **Government Information Quarterly**, p.148-157, 2008.

STYLES, Alan K; TENNYSON, Mack. The accessibility of financial reporting of U.S. municipalities on the Internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, Florida, v. 19, n. 1, p. 56-92, Spring, 2007.